



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE E SECRETARIADO- FEAACS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANDRE MASCARENHAS ROCHA

**MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO COMO ALTERNATIVAS
DE INCLUSÃO BANCÁRIA:
Uma Análise do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste**

FORTALEZA – CE
2013

ANDRE MASCARENHAS ROCHA

**MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO COMO ALTERNATIVAS
DE INCLUSÃO BANCÁRIA:
Uma Análise do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Economia.
Orientador: Prof.Dr. Fabio Maia Sobral

FORTALEZA – CE
2013

**MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO COMO ALTERNATIVAS
DE INCLUSÃO BANCÁRIA:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA CREDIAMIGO DO BANCO DO
NORDESTE**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado - FEAACS, da Universidade Federal do Ceará - UFC,
como requisito para a obtenção do título de graduado em Ciências Econômicas.

Andre Mascarenhas Rocha

Monografia aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará
(Orientador)

Profa. Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho
Universidade Federal do Ceará
(Avaliador)

Prof. Ms. André Lima Sousa
Universidade Federal do Ceará
(Avaliador)

Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado
Universidade Federal do Ceará
(Coordenador do Curso)

Dedico este trabalho ao meu pai Evaristo
Correia Rocha (in memoriam), por seu
entusiasmo pela vida e pelos filhos.

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo Deus, fonte de toda vida.

A Sra. Genaura Mascarenhas Rocha, Minha mãe, por entender os momentos em que não estive presente com minha família e sempre me apoiar em meus projetos.

A minha irmã Andressa Mascarenhas Rocha, pelo exemplo de perseverança e por ser minha companheira inseparável,

A minha namorada Luana de Holanda Gomes, pelas palavras de motivação e por estar ao meu lado nos momentos mais difíceis.

Ao Banco do Nordeste Brasil, por todo suporte teórico necessário à realização deste trabalho.

Ao Professor Fabio Sobral, por me guiar neste trabalho sempre de forma solícita.

A Universidade Federal do Ceará, por me proporcionar a oportunidade de concluir esta graduação.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo principal analisar a importância do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste como fomentador da inclusão bancária. Atualmente, é possível perceber que a busca por mais segurança no sistema bancário e o desenvolvimento sem precedentes do sistema econômico fizeram aumentar a complexidade da economia. Nesse sentido, algumas empresas e sociedades adquiriram a capacidade de controlar mercados e influir diretamente nos processos decisórios de governos, enquanto outras perderam paulatinamente essa capacidade. Uma grande quantidade de microempresários não tem acesso a crédito e muitos deles se financiam com suas famílias, fornecedores e até agiotas, que cobram juros muito elevados. O acesso ao crédito e a inclusão bancária disponibilizados pelo programa poderá proporcionar a prosperidade e o fomento de microempreendimentos gerando renda e promovendo o emprego.

Palavras-chave: Microcrédito. Inclusão Bancária. Crediamigo. Banco do Nordeste.

ABSTRACT

This monograph has as main objective to analyze the importance of the Program Crediamigo Banco do Nordeste as developers banking inclusion. Currently, you can see that the search for more security in the banking system and the unprecedented development of the economic system have increased the complexity of the economy. In this sense, some businesses and companies acquired the ability to control markets and directly influence decision-making processes of governments, while others gradually lost that ability. A lot of microentrepreneurs do not have access to credit and financing that many of them with their families, suppliers and even moneylenders, who charge very high interest rates. Access to credit provided by the bank and the inclusion program could provide prosperity and development of microenterprises generating income and promoting employment.

Keywords: Microcredit. Banking Inclusion. Crediamigo. Banco do Nordeste.

LISTA DE SIGLAS

ASMOCONP – Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CPS/FGV – Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas.
CDVHS – Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa
CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
EUA – Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNDESOL – Fundación Despertar Solidario
GEM – Global Entrepreneurship Monitor
GTZ – Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB – Produto Interno Bruto
Prodetur/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RETS – Revista do Terceiro Setor
SINE – Sistema Nacional de Emprego
TAE – Taxa de Atividade Empreendedora Total

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. A INSTITUCIONALIDADE DO MICROCRÉDITO E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	11
2.1 Microcrédito: conceitos, origem e inclusão social	11
2.2 O marco institucional do microcrédito	14
2.3 O público-alvo do microcrédito.....	16
3. A EXPERIÊNCIA DE BANGLADESH COMO MICROCRÉDITO.....	22
3.1 Grameen Bank de Bangladesh.....	22
3.2 A concepção internacional sobre a atividade do microcrédito	23
4. CREDIAMIGO DO BANCO DO NORDESTE	26
4.1 O Banco do Nordeste do Brasil.....	26
4.1.1 Marcos Importantes do Banco	26
4.2 O programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste	27
4.2.1 O Objetivo do Programa e o Público Alvo.....	27
4.2.2 Estrutura e Estratégias	29
4.2.3 Análise do Crediamigo.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

As contínuas transformações que vêm acontecendo no mundo, quer no ambiente político, social ou econômico, quer pela pressão da sociedade por serviços de melhor qualidade e a necessidade do Estado de concentrar seus esforços naquelas atividades que não podem ser exercidas pela sociedade, direcionam o setor público para a busca de modelos e soluções diferenciadas, beneficiando as populações excluídas dos bens e serviços emanados das instituições privadas.

O enfrentamento dos desafios de promover a inclusão social com sustentabilidade passa necessariamente pelas ações otimizadas para a implementação dos gastos públicos, de um lado, e de outro, pela elaboração, aplicação e controle social das políticas públicas.

Por esse ângulo, a política de microcrédito tem sido formulada como um importante instrumento de intervenção pública capaz de amenizar a situação de desemprego e da exclusão social da população mais carente.

Como modalidade alternativa de financiamento, o microcrédito tem evoluído bastante nas últimas décadas, o que vem despertando interesse e maior atenção por parte do poder público, da sociedade civil e, principalmente, dos empreendedores e proprietários de pequenos negócios, que veem nele uma estratégia capaz de catalisar a capacidade empreendedora da população mais vulnerável, contribuindo para a difusão da cultura empreendedora, com consequência direta na inclusão social e produtiva da população.

A política de microcrédito pode ser um importante instrumento que amenize essa falta de integração entre o crescimento econômico do estado com a economia de seu interior, principalmente para que seja possível não apenas a absorção da mão-de-obra excedente nos municípios com melhor infra-estrutura, quanto viabilize um melhor nível de atividade econômica para as áreas interioranas (BANDEIRA, 2008).

Dessa forma, chegou-se ao seguinte problema: Qual a real participação do programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste, o Crediamigo, como alternativa de inclusão bancária da população mais carente?

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste, como alternativa de inclusão bancária.

A metodologia utilizada na presente monografia refere a uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, através de livros, artigos, publicações online, entre outros, referentes ao tema em questão, por meio também de gráficos e quadros que ressaltam os resultados obtidos em relação ao Crediamigo.

Esta monografia está dividida em cinco capítulos, onde o primeiro capítulo refere-se à introdução em questão, apresentando a justificativa, a problemática, o objetivo, a metodologia e a estrutura da monografia. O segundo capítulo aborda a institucionalidade do microcrédito e os desafios da inclusão social para a população de baixa renda, enfatizando o microcrédito. O terceiro capítulo apresenta a experiência de Bangladesh como microcrédito, com ênfase na concepção internacional sobre a atividade do microcrédito. O quarto capítulo analisa o programa Crediamigo do Banco do Nordeste, enfatizando o programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste. E o último capítulo refere-se às considerações finais alcançadas ao longo da pesquisa.

2. A INSTITUCIONALIDADE DO MICROCRÉDITO E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Nas últimas décadas vem ocorrendo uma mudança cultural na implementação da política do microcrédito, especialmente no Brasil, inspirada pelas experiências internacionais (como, por exemplo, as decisões tomadas na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1998, onde ficou decidido que o ano de 2005 seria o ano para difundir e consolidar o microcrédito como instrumento de desenvolvimento local¹), onde o microcrédito ganhou destaque como mecanismo de incremento ao fomento produtivo, contribuindo para a busca pela erradicação da pobreza e o combate à exclusão social.

Para se entender a lógica do microcrédito faz-se necessário primeiro conhecer sua origem, conceitos, público-alvo e o desenvolvimento de metodologias adaptadas às diversas realidades locais, passando por uma análise do funcionamento dos pequenos negócios. A partir daí, compreender porque o microcrédito pode se transformar num excelente instrumento de inclusão bancária e combate à pobreza, como solução alternativa ao sistema bancário convencional, que tradicionalmente não consegue atender os pequenos empreendedores e as comunidades mais carentes.

2.1 Microcrédito: conceitos, origem e inclusão social

O microcrédito pode ser conceituado como uma espécie de empréstimo, ou seja, uma situação na qual alguém confia um valor a alguém que deverá restituí-lo num determinado prazo. Todavia, essa experiência é mais complexa, necessitando de um maior entendimento das condições em que esse tipo de crédito é concedido e restituído, sua finalidade e a quem se destina. A palavra microcrédito embute um significado muito mais profundo do que aparentemente apresenta (PARENTE, 2002).

¹ Segundo as decisões tomadas, o Ano Internacional do Microcrédito - 2005 devia se configurar como um ano que "tornasse o microcrédito uma ferramenta auxiliar na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, metas econômicas a serem alcançadas pelos países-membros até 2015" – RETS – Revista do Terceiro Setor. Disponível em < <http://arruda.rets.org.br/noticias> > acesso em 10/07/2007.

Em evento² realizado pelo Conselho da Comunidade Solidária, em 1997, com a participação de representações dos vários segmentos do setor público e da sociedade civil organizada, interessados em apresentar proposições para a implementação de políticas de desenvolvimento com inclusão social, o microcrédito surgiu nas discussões como uma parte importante das políticas de desenvolvimento, especialmente por democratizar o acesso ao crédito para os mais pobres. Nessas discussões, também foram estabelecidos consensos em relação à conceituação de microcrédito, pois:

(...) Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e micro e pequenas empresas sem acesso às instituições financeiras tradicionais, principalmente por não terem condições de oferecerem garantias reais. Trata-se de um crédito concedido à produção, destinado basicamente à ampliação de capital de giro, equipamentos e investimentos, sendo concedido por meio de metodologia específica que congrega capacitação, financiamento e comercialização. (BARONI et al., 2002, p.11).

Pode-se também dizer que microcrédito são créditos concedidos aos proprietários de pequenos negócios, tanto do setor formal como informal³, com regras claras de mercado, caracterizando-se por um modelo de financiamento com tratamento e juros diferenciados dos demais oferecidos pelo sistema financeiro convencional, com taxas compatíveis com o mercado, reduções de exigências para aquisição do empréstimo, compromisso com o grupo solidário de crédito⁴, visando atender principalmente aos que não têm garantia real e aos que estão fora do mercado (OTERO; RHYNER, 1994).

Assim, o microcrédito tem exercido papel relevante na implementação de políticas públicas, na geração de ocupação, trabalho e renda para a população de baixa renda, além de ampliar a produtividade dos pequenos empreendimentos. Caracteriza-se como poderoso instrumento de combate à pobreza, na medida em que a literatura tem demonstrado que o acesso ao crédito melhora a qualidade de vida da população mais vulnerável e excluída. A democratização do acesso ao crédito possibilita aos excluídos de uma fonte de renda ter uma alternativa de

² Rodada de Interlocução Política sobre Alternativas de Ocupação e Renda, Brasília – DF, 1997, em que o microcrédito foi apontado como estratégia importante das políticas públicas de trabalho e renda. (BARONE et al., 2002).

³ Entende-se como setor formal àqueles empreendimentos que são legalmente formalizados, que possuem CNPJ e setor informal composto por um conjunto de empreendimentos que vive na informalidade, ou seja, àqueles que não possuem registro no CNPJ.

⁴ Espécie de aval solidário formado por um grupo de pessoas que se conhecem e confiam mutuamente, sendo todos avalistas uns dos outros.

sustentabilidade, especialmente pela criação de pequenos negócios. O microcrédito tem fornecido o acesso das pessoas normalmente excluídas do sistema financeiro tradicional a linhas de crédito facilitado (BANDEIRA, 2008).

O microcrédito pode ainda ser entendido como um programa que, apesar de voltado para a população mais carente, e operar com linha de financiamento diferenciada, atua com as mesmas regras de mercado normalmente observadas no país. Sua estrutura e tecnologia são adequadas à concessão de financiamentos de pequeno valor, abrangendo um número significativo de clientes com mecanismos desburocratizados de liberação de recursos e recebimento de pagamentos. São normalmente destinados a empreendedores de poucos investimentos fixos e curto ciclo de negócios, flexibilizando as formas de pagamento com periodicidade semanal, quinzenal ou mensal. As taxas de juros são compatíveis com as taxas de mercado, próximas das cobradas pelos bancos tradicionais, entretanto, menores do que as taxas cobradas pelos agiotas e fornecedores (ROSA, 1998).

Por isso, o microcrédito deve ser adequado à realidade de cada comunidade ou grupo social, dessa forma o público-alvo precisa de facilidade de acesso, oportunidade de crédito e taxas de juros compatíveis com a sua realidade financeira. Por conseguinte, o microcrédito deve estimular a sustentabilidade e a continuidade das operações de crédito, tanto do lado do empreendedor quanto da instituição financiadora. Em outras palavras, pensar em microcrédito significa pensar em uma ação viável, duradoura e bem-sucedida para os *stakeholders*⁵.

A história do microcrédito tem seu início no século XIX. Houve o surgimento de cooperativas de crédito na Europa que tinham como escopo ajudar populações de baixa renda a poupar e conseguir o crédito. Até 1910, 1,4 milhões de pessoas foram atendidas pelas cooperativas de crédito na Alemanha, que a partir daí, estenderam sua influência pela Irlanda e Itália. Espelhando o exemplo germânico, o governo de Madras, no sul da Índia, implantou cooperativas de crédito no território, a partir de 1912. A rápida expansão dessas cooperativas era visível, tanto que em 1946, elas já atingiam 9 milhões de pessoas (MORDUCH, 1999).

O microcrédito propõe uma relação de confiança, mais duradoura, adequada e viável entre o empreendedor e a instituição financeira, seja ela privada, estatal ou societária, pois o ato de emprestar envolve risco, e quem empresta precisa confiar

⁵ O termo *stakeholders*, em inglês, significa "stake", interesse; e "holder", aquele que possui. Na prática são todos aqueles que influenciam uma empresa. São os interessados pelos projetos, gerenciamento, mercado e produtos de uma empresa. (REBOUÇAS, 2013)

em quem toma emprestado. Por outro lado, quem toma dinheiro emprestado precisa mostrar que com o bom uso do dinheiro vai ser capaz de pagar o empréstimo. O microcrédito é, na prática, uma nova tecnologia de administração do risco que está embutido em qualquer tipo de negócio e, principalmente, no ato do empréstimo.

Outro aspecto relevante é que a experiência do microcrédito tem sido reconhecida como uma importante ferramenta de construção e afirmação da cidadania, principalmente pelo fortalecimento da rede de solidariedade e de confiança existente entre os indivíduos tomadores de créditos. Esse fortalecimento dos laços de confiança e de solidariedade entre os indivíduos é apresentado pela literatura como capital social (PUTNAM, 1996).

Microcrédito tem por premissa básica de sua definição de ferramenta social ser utilizada no desenvolvimento sócio-econômico da comunidade assistida com crédito (CERVELINI et al., 2005).

Para justificar o acesso ao crédito a todos como forma de inclusão social, de fomento ao desenvolvimento regional e erradicação da pobreza, estudaremos primeiramente, as formas de organização das comunidades relativamente à margem o sistema financeiro formal: as microfinanças e as formas de organizações solidárias (RIBEIRO, 2009).

Os planos de combate à pobreza são abrangentes e contribuem para a redução da exclusão social; assim, o caráter multidimensional da privação das necessidades básicas relaciona-se com os outros fatores da exclusão social. Desta forma, um desempregado que se encontre numa situação de privação financeira não tem condições e oportunidades de escolhas, sendo afetado ao nível psicossocial (baixa autoestima, perda de liberdade) e de precariedade nos serviços de alimentação, saúde, educação, habitação, cultura e lazer (SEM, 2000).

2.2 Marco institucional do microcrédito

Sabe-se que o a iniciativa do microcrédito difundiu-se no mundo a partir do caso de sucesso do *Grameen Bank*, de Bangladesh, em 1976. Apesar disso, existem relatos de que a experiência do microcrédito já existia no mundo em alguns países europeus desde meados do século XIX (MORDUCH, 1999; YUNUS, 2001)⁶.

⁶ A experiência do microcrédito idealizada por Muhammad Yunus rendeu-lhe o Prêmio Nobel da Paz, em 2006.

Além do *Grameen Bank*, em Bangladesh, são muitas as instituições de microfinanças com experiências bem-sucedidas em microcrédito no mundo, como por exemplo: o Bancosol, na Bolívia; BRI na Indonésia; K-REP no Quênia; ACEP no Senegal; GAFS na África, dentre outros. Um aspecto que merece destaque é que apesar da forte referência da experiência de Bangladesh, o advento do microcrédito já existia no Brasil, na cidade de Recife, em 1973. A iniciativa da *Acción International*⁷ em parceria com as comunidades locais possibilitou a criação da primeira iniciativa de microcrédito no país (BARONI et al., 2002).

A partir dessa iniciativa, a experiência do microcrédito espalha-se para outros estados da federação, tais como: Rio Grande do Sul, através do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos - CEAPE (1987), e do Portosol (1995), na Bahia com o Banco da Mulher (1989), Rio de Janeiro através do Vivacred, e a própria Região Nordeste através do Crediamigo desenvolvido pelo Banco do Nordeste – BNB, em 1976. O “Projeto Uno” foi o precursor do CEAPE⁸ - Pernambuco, uma organização não governamental (ONG) que hoje é parte de uma rede nacional de instituições de microfinanças (PARENTE, 2002).

Atualmente o Brasil vem adotando políticas públicas de financiamento aos pobres, focadas no microcrédito, em diversas formas de atuação, principalmente por meio de ações do poder público, sociedade civil e da iniciativa privada.

A implementação dessas políticas vem crescendo e se espalhando por todo o país, acompanhando a tendência mundial como uma alternativa de geração de trabalho, emprego, renda e inclusão social, através da disponibilidade de linhas especiais de financiamentos apropriadas ao tipo de público-alvo, como uma alternativa para os mais pobres consolidarem iniciativas de trabalho.

A partir dessas linhas de financiamentos as comunidades carentes podem desenvolver iniciativas de trabalho através da aquisição de matérias-primas ou de pequenos maquinários, o que possibilita em muitos casos uma emancipação socioeconômica das pessoas que contraem o microcrédito (FORTE, 2006).

No Ceará as experiências com microcrédito surgiram em meados dos anos noventa com as iniciativas do poder público estadual e da sociedade civil cearense. Destacam-se as experiências do Sistema Nacional de Emprego – SINE/CE e do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT que, em parceria com a *Gesellschaft*

⁷ ONG que desenvolve o microcrédito em todo o mundo.

⁸ Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos.

für Technische Zusammenarbeit (Agência Alemã de Cooperação Técnica) – GTZ, implementaram o Projeto PRORENDA - Microempresa, a constituição do Banco Palmas pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP, o Projeto Força da Mulher, implementado pela ONG CEARÁ Periferia, em parceria com organismos internacionais, e a criação da FUNDESOL, pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa – CDVHS, e o Programa Crédito Jovem⁹, Credjovem Solidário e Credcultura Jovem, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, em meados de 2005.

Dessa forma, observa-se através dessa breve contextualização de nosso objeto de estudo que a experiência do microcrédito pode constituir-se numa política pública (não necessariamente estatal) para geração de trabalho, emprego e renda. Dessa forma, avalia-se uma experiência local de microcrédito e apresentar algumas estratégias de aperfeiçoamento dessa iniciativa, de forma a inspirar aos mais diversos atores (governamentais e não-governamentais) a visualizar o microcrédito como alternativa de superação à pobreza e à exclusão bancária e social.

2.3 O público-alvo do microcrédito

A maioria dos países do mundo está reconhecendo cada vez mais a importância e o papel dos proprietários dos pequenos negócios como locomotivas do crescimento e da geração de emprego e como instrumentos eficazes para redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Por isso, a importância de se apoiar os proprietários dos micro e pequenos empreendimentos, tendo em vista que eles são responsáveis por mais de 99% da população ativa em negócios em diversas atividades e, dessa forma, sua predominância como forma de organização de negócios, vem-se tornando cada vez mais acentuada em todos os países. Eles respondem ainda por aproximadamente 60% do total de empregos gerados e por mais de 21% do Produto Interno Bruto - PIB, conforme o Quadro 1 abaixo:

Participação	Indicador
4,5	milhões de estabelecimentos

⁹ Voltado para a população jovem buscando a geração de ocupação e renda através do fomento a pequenos empreendimentos.

48,00%	da produção nacional
98,50%	das empresas existentes no país
95,00%	das empresas do setor de indústria
99,10%	das empresas de comércio
99,00%	das empresas de serviço
60,00%	da oferta de emprego
42,00%	do pessoal ocupado na indústria
80,20%	dos empregos no comércio
63,50%	da mão-de-obra do setor de serviços
21,00%	do Produto Interno Bruto (ou R\$189 bilhões)

Quadro 1 - Importância das MPEs para o emprego e a economia

Fonte: SEBRAE; elaboração do autor

Segundo dados do IBGE – 2011, existe um universo de negócios de menor tamanho no país, somando formais e informais, que responde pela ocupação de quase 28 milhões de pessoas. Nesses empreendimentos trabalham 14,5 milhões de pessoas com carteira assinada. Isso representa 56% da mão-de-obra formal. Prevê-se ainda 13 milhões trabalhando na informalidade.

Faixas de pessoal ocupado	Área geográfica			
	Brasil		Ceará	
	Número de empresas	Pessoas ocupadas	Número de empresas	Pessoas ocupadas
0 a 4	4.703.404	6.882.331	149.968	187.229
5 a 9	524.717	3.376.459	11.474	73.423
10 a 19	260.078	3.395.107	6.093	78.624
20 a 29	66.572	1.577.470	1.579	37.423
30 a 49	47.610	1.794.008	1.194	45.092
50 a 99	31.991	2.194.324	855	59.274
100 a 249	18.745	2.892.869	501	76.580
250 a 499	7.526	2.628.801	255	91.253

500 e mais	7.360	14.844.278	354	704.530
Total	5.668.003	39.585.647	172.273	1.353.428

Quadro 2 - Total de empresas e de pessoas ocupadas por faixas de pessoal ocupado - Brasil e Ceará - 2011

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2011; elaboração do autor.

Um outro aspecto a se considerar é a forte predominância no Brasil da cultura do empreendedor espontâneo ou por necessidade, que inversamente ao que ocorre em alguns países, a ação empreendedora está mais ligada a uma imediata necessidade de subsistência, a grande parte dos negócios formados possui até quatro colaboradores, conforme se observa na Figura 01.

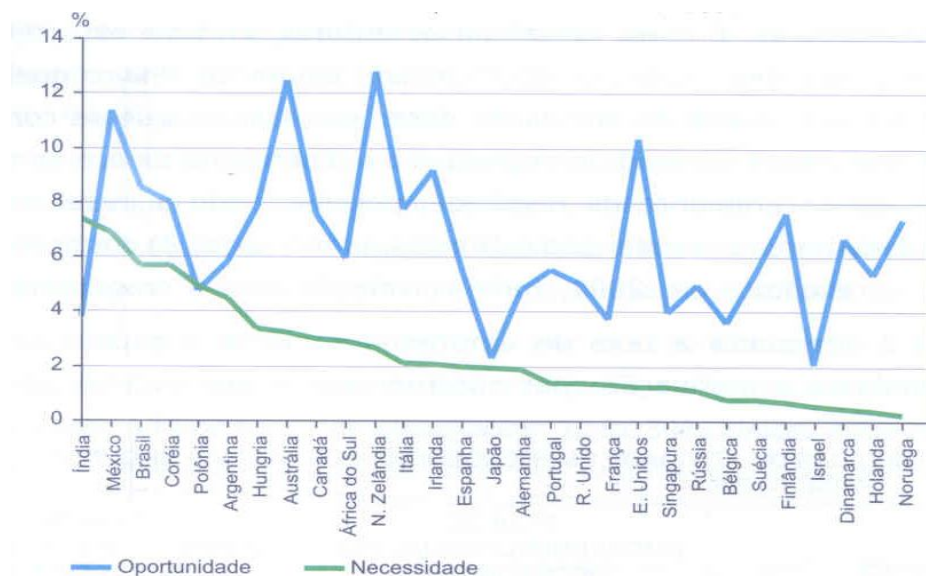


Figura 1 - Empreendedorismo por oportunidade e por necessidade, segundo países – 2008

Fonte: *Global Entrepreneurship Monitor*

O empreendedorismo espontâneo, ou seja, a formação de negócios apenas para subsistência familiar no Brasil, apresenta patamares muito elevados, na proporção de 46%, quando comparado ao empreendedorismo por opção*, ou seja os negócios criados apenas como opção de investimento aproveitando apenas uma oportunidade de mercado. O potencial empreendedor dos brasileiros é uma das maiores riquezas desta nação, entretanto ainda é pouco explorada. É que existe nos

brasileiros uma vontade de investir, de crescer, de emprestar, apesar das constantes dificuldades econômicas e estruturais (GEM, 2008).

De acordo com o *Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2008)*, parceira do *Babson College de Boston (Estados Unidos da América - EUA)*, o Brasil é a sociedade mais empreendedora do mundo. Existem 4,5 milhões de empresas formais e 15,7 milhões de empreendedores informais no Brasil. Desse total, 35% estão à frente de negócios em estágio nascente (com menos de 3 meses de vida) e 65% administram negócios com tempo de vida entre 3 e 42 meses.

Ao se analisar os dados da pesquisa realizada pelo GEM em 21 países verifica-se que no Brasil um em cada 08 brasileiros tem seu próprio negócio, enquanto nos EUA essa proporção é de um para 10, na Austrália, de um para 12, na Alemanha a proporção é de um para 22, na Inglaterra, de um para 33, na Finlândia e na Suécia, de um para 50, e em países como a Irlanda e o Japão, a proporção chega a apenas de um para 100, (GEM, 2008). Em todos os anos de realização da pesquisa do GEM, o Brasil manteve-se entre os sete países com as mais altas taxas de empreendedorismo. Em 2004, por exemplo, o Brasil posicionou-se em 5º lugar, com uma TAE¹⁰ de 13,5%, conforme figura 2 abaixo.

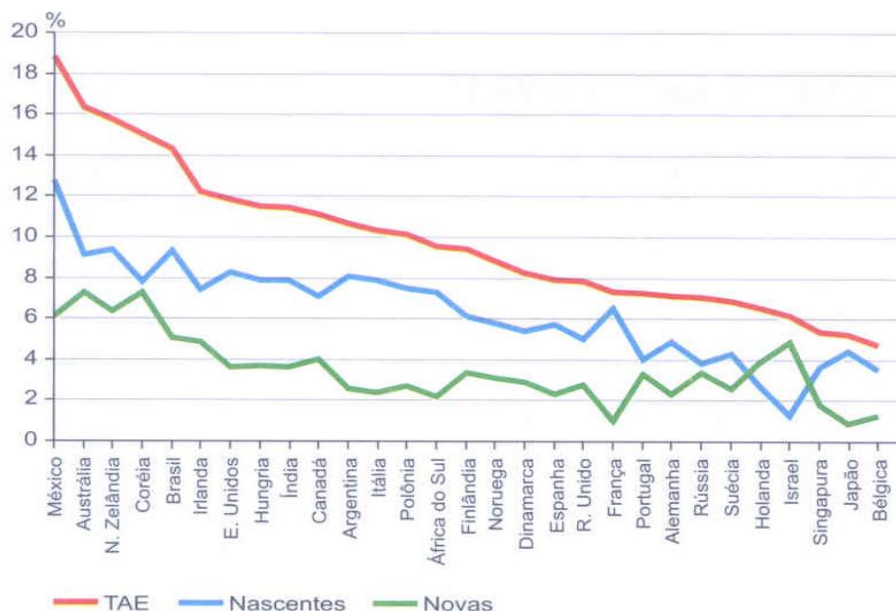


Figura 2 - Atividade empreendedora total e por tipos, segundo países - 2008

Fonte: *Global Entrepreneurship Monitor*

*Enxergar uma oportunidade lida com pesquisa e senso de análise, neste parâmetro se enquadra o **empreendedorismo por oportunidade**. No **empreendedorismo por necessidade**, a pessoa é motivada a empreender (investir ou participar de um projeto) como única alternativa para obtenção de renda e de sustento.

¹⁰ TAE – Taxa de Atividade Empreendedora Total.

Esses dados são corroborados por outra pesquisa semelhante, feita em 2008, envolvendo 29 países, que apurou que o Brasil aparece em 5º lugar no ranking dos países que mais investem em novos negócios, sendo que em cada sete brasileiros, um possui uma empresa (DENARDIN, 2002).

Esta capacidade empreendedora apresentada pela maioria dos brasileiros exige cada vez mais que os empreendedores que desejam tocar uma atividade empresarial se preparem para entrar no mundo dos negócios, haja vista que não é necessário somente recursos financeiros para transformar sonhos em uma realidade de negócios de sucesso sustentável. O conhecimento, a capacidade, a vocação e a disposição para aprender são características básicas necessárias ao empreendedor bem-sucedido. Na prática, o conhecimento empírico a partir das chamadas experiências e vivências, são essenciais, mas nada substitui a formação técnica, a educação, a reflexão e o estudo de casos no desenvolvimento e formação de novos empreendedores.

De fato, o papel do empreendedor é fundamental, tanto no cenário econômico nacional como para o desenvolvimento das economias de todos os países, tendo em vista as peculiaridades inerentes ao empreendedor, oriundas de uma percepção de oportunidades existentes em cenários de incerteza e instabilidade, bem como de uma predisposição a correr riscos.

A importância do empreendedor destaca-se, sobretudo pela sua predisposição a encarar situações de risco e incerteza baseados muitas vezes na intuição e na crença em uma visão, pois:

[...] na vida econômica, deve-se agir sem resolver todos os detalhes do que deve ser feito. Aqui, o sucesso depende da intuição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente se constata ser verdadeira, mesmo que no momento isso não possa ser comprovado, e de se perceber o fato essencial, deixando de lado o perfunctório, mesmo que não se possa demonstrar os princípios que nortearam a ação (SCHUMPETER, 1982, p. 12).

Dito isso, depreende-se a importância da figura do empreendedor, não apenas no tocante à constituição de um novo negócio, atuando como um dos concorrentes dentro de um mercado, mas também sua importância como propulsor de inovações que possibilitem uma nova forma de disponibilizar um produto ou processo ao mercado.

Os pequenos empreendimentos os negócios informais são criados, na maioria dos casos, por meio de economias próprias, ou com ajuda de parentes e amigos, como alternativa de ocupação e geração de renda e, até, como estratégia de sobrevivência. Após uma etapa inicial, onde ocorre uma grande mortalidade, ou seja, 31% desses pequenos negócios morrem com menos de 1 ano de existência, e 60% não superam a barreira dos 5 anos, os negócios que conseguem uma certa estabilidade começam a necessitar de crédito. Essa demanda não é atendida pela rede bancária convencional, ao qual a maioria dos microempreendedores não tem acesso (FORTE, 2006).

Entre 60% e 80% das pessoas no mundo trabalham no segmento informal da economia. Dessa forma, afirma-se que o verdadeiro público-alvo dos programas de microcrédito é formado basicamente pelos proprietários de pequenos negócios e de trabalhadores autônomos, cujas pessoas são na grande maioria de baixa renda e enfrentam péssimas condições de trabalho, associadas a um baixo nível educacional e falta de proteção social (GIDDENS, 2006).

É então que começa uma série de desafios. O acesso ao crédito, na maioria dos casos, pressupõe a superação de uma série de barreiras, que vão desde a viabilidade da idéia de negócio, a experiência do empreendedor no tipo de negócio, o tempo de funcionamento, a capacidade de gestão do empreendimento e o conhecimento do mercado. A falta de acesso ao capital é apenas mais uma barreira a ser enfrentada, caso o empreendedor tenha superado todas essas barreiras iniciais.

O próximo quadro é um comparativo da renda e o acesso a alguns produtos fornecidos por instituições financeiras de populações do Nordeste e fora do Nordeste. Percebe-se que quanto menos a renda, menor é o acesso a esses produtos.

	Categoria	Têm cartão de crédito e cheque especial	Têm Cartão de Crédito	Têm Cheque especial	Não tenham
Nordeste	A1 - 45 SMs	59,39	8,74	4,57	27,30
	A2 - 25-45 SMs	50,89	13,45	5,05	30,61
	B1 - 15-25 SMs	31,22	20,58	8,71	39,49
	B2 - 10-15 SMs	15,01	17,67	5,76	61,56
	C - 4-10 SMs	6,04	13,89	2,30	77,77
	D - 2-4 SMs	0,55	5,95	0,78	92,72
	E - < 2 SMs	0,28	2,47	0,39	96,86
Fora do Nordeste	A1 - 45 SMs	60,19	3,61	17,84	18,36
	A2 - 25-45 SMs	38,69	13,24	12,83	35,24
	B1 - 15-25 SMs	32,09	14,40	10,98	42,53
	B2 - 10-15 SMs	24,14	8,31	9,12	58,43
	C - 4-10 SMs	9,01	11,87	5,93	73,20
	D - 2-4 SMs	2,16	8,33	2,20	87,31
	E - < 2 SMs	0,65	2,98	1,25	95,12

Quadro 3 – Panorama do acesso ao crédito pessoal por Classes
 Fonte: CPS/FGV, a partir dos microdados da POF 2003, do IBGE.

Exatamente para suprir essa deficiência do sistema bancário, visto que os bancos particulares não têm interesse em fornecer esse produto, muitos inclusive até vendem suas carteiras para bancos públicos; é que os programas de microcrédito produtivos são voltados para os milhares de proprietários de pequenos negócios e pequenos empreendedores já existentes ou que buscam implantar seus negócios.

É importante apoiar os pequenos empreendedores e os trabalhadores autônomos, pois cada vez mais, as micro, pequenas e as médias empresas vêm ganhando importância no cenário econômico mundial e no desenvolvimento da economia de muitos estados brasileiros, pela capacidade de geração de trabalho e renda, principalmente para as camadas mais desassistidas da população.

3. A EXPERIÊNCIA DE BANGLADESH COMO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Este capítulo refere-se a uma análise da experiência de Bangladesh como microcrédito relacionada ao tema da referida monografia, com o objetivo de analisar a importância desta experiência com o microcrédito.

3.1 Grameen Bank de Bangladesh

O método adotado pelo Grameen Bank constitui uma modalidade de crédito que consiste em emprestar pequenos valores por vez e utilizar o aval solidário, onde cada grupo de cinco pessoas obtém um volume de empréstimo e todos são solidariamente responsáveis. Se um dos tomadores não honrasse o compromisso, todos os demais ficarão impedidos de renovar seus empréstimos até que a dívida de todos fosse quitada.

Dessa forma, o mundo passou a defrontar-se com um desafio: como financiar os agentes que não reúnem as condições mínimas para pleitear recursos junto ao sistema bancário formal. Uma das respostas a esse desafio foi dada pelo Grameen Bank de Bangladesh, cuja experiência de liberação de crédito para desassistidos passa-se a relatar.

“Eu ensinava economia, mas tudo que via eram esqueletos humanos [...]”. (YUNUS, 2001, p.23). O professor Mohamed Yunus deparou-se com a fome que assolava o seu país. Diante do quadro calamitoso que à sua frente se descortinava teve uma visão: fundar uma instituição financeira cuja clientela fosse composta pelas pessoas excluídas do sistema financeiro tradicional.

Dos anos 70 até o presente momento, o microcrédito, inspirado na iniciativa pioneira de Yunus, assumiu proporções globais e hoje é considerada uma alternativa para o desenvolvimento sustentado e o auto-emprego, além de contribuir para reduzir o número de pessoas que se encontram na categoria de pobres ou miseráveis, de acordo com a classificação do Banco Mundial.

No microcrédito, a exemplo do que foi imaginado por Mohamed Yunus, o cliente é conquistado através do trabalho dos agentes de financiamento. Esses agentes visitavam as aldeias, e depois de se reunirem com as lideranças para

explicar as regras gerais do processo de microcrédito adotado pelo Banco, e obterem desses o sinal verde, iniciam as visitas aos casebres da comunidade em busca de candidatos a empréstimo. Havendo interesse do habitante da aldeia no empréstimo, esse interessado deveria conquistar e apresentar aos agentes financeiros outros quatro moradores, também interessados nesse crédito. Cada um deles torna-se tomador de um empréstimo, assumindo responsabilidade por sua dívida, e solidariamente responsabiliza-se também pelas dívidas dos amigos por ele apresentados.

Os empréstimos deveriam ser liquidados em parcelas semanais cobradas em domicílio. Além disso, o novo empréstimo só poderia ser liberado para cada um dos cinco, se todos houvessem honrado seus compromissos. Essa espécie de garantia solidária permitia a dispensa das formalidades tradicionais (YUNUS, 2001).

Essa modalidade de crédito diferencia-se das demais em primeiro lugar pelos valores de cada empréstimo, pois se destinava a financiar pequenos negócios, e, em segundo lugar por contar com um sistema de acompanhamento sistemático. Esse sistema de acompanhamento tinha por objetivo evitar que o microempreendedor tanto desviasse os recursos, como também objetivava acompanhar o desenvolvimento da atividade para que erros administrativos não fossem cometidos, pois os mesmos poderiam comprometer o sucesso desses pequenos negócios. Praticando essa modalidade de crédito, o Grameen Bank emprestou nos últimos 20 anos, US\$ 3 bilhões (SCHARF, 2000).

Da forma que é praticado pelo Grameen Bank, a atividade de microcrédito tem um duplo objetivo, de um lado, retirar da pobreza pessoas que se encontram em situação de dificuldades para o atendimento de suas necessidades e, de outro, financiar pequenos empreendimentos, com o objetivo de gerar atividade econômica e novos empregos. Portanto, o desafio maior na atualidade é buscar alternativas para sobreviver nesse novo mundo onde prevalecem, a criatividade o conhecimento e as novas estratégias em busca do desenvolvimento local.

3.2 A concepção internacional sobre a atividade do microcrédito

De acordo com Silveira Filho (2005, p.46-47), numa reunião realizada em Washington, sobre o microcrédito no mundo, foi ressaltada a importância da luta

contra a pobreza, bem como foram identificadas sete diretrizes concernentes ao microcrédito baseadas nas experiências práticas:

1. Os mais pobres são “um bom risco”: i) os responsáveis pelos programas de microcrédito indicam que os mais pobres têm uma taxa de reembolso muito alta. Conforme um estudo de Amy Glosser sobre o Banco Sol, apenas 0,04 por cento da carteira de créditos apresenta atraso depois de 30 dias, enquanto que nos bancos comerciais esta percentagem é de 4,42; ii) ter concentrado o acesso ao crédito às mulheres tem garantido reembolsos mais rápidos e também uma melhor repartição dos benefícios inerentes ao aumento de renda (rendimento) na família, particularmente para as crianças;

2. É possível implementar programas sustentáveis nos países em desenvolvimento: Estudos mostram que existe uma tendência crescente à auto-sustentabilidade dos programas e das instituições de microcrédito que se tornam cada vez mais rentáveis e capazes de captar dinheiro no mercado;

3. Os modelos de microcrédito podem ser facilmente reaplicados em outros países: Apesar das diferenças étnicas e culturais, os programas de microcrédito, que fazem apelo a metodologias muito diversas, têm se multiplicado em várias partes de mundo, adaptando-se e inovando em função do contexto;

4. Os programas se ampliam para atender às necessidades de um número elevado de pessoas muito pobres: i) O BNDES tem criado linhas de financiamento específicas para os microempreendedores; ii) instituições tradicionais do setor financeiro estão se adaptando para atuar também no microcrédito;

5. Programas de microcrédito ajudam os pobres a sair da miséria: A maioria dos especialistas e dos participantes ao Microcredit Summit concordam que o acesso ao crédito ajuda os pobres a sair da miséria;

6. Programas de microcrédito estimulam a poupança e a acumulação dos ativos: Poder guardar as próprias poupanças num lugar seguro (o banco) é uma das maiores conquistas para o cliente. Também o acesso à poupança representa uma maior segurança para a família e permite ao poupador avaliar os progressos econômicos;

7. Os programas de microcrédito estimulam um amplo leque de progressos sociais: i) Na medida em que o cliente aumenta a própria renda, ele terá mais oportunidades de ter acesso a outros serviços sociais (saúde, educação, entre outros) e de alcançar uma maior autonomia e independência econômica; ii) Em

certos casos, o acesso ao crédito é condicionado a melhorias sociais. Um programa no Egito oferece crédito às mulheres que tenham inscrito seus filhos na escola.

O microcrédito, ainda na visão de Silveira Filho (2005, p.48) definiu ainda as principais características comuns a programas de microcrédito bem sucedidas, conforme segue:

- O crédito deve ser orientado para os mais pobres e, prioritariamente, para as mulheres;
- A operacionalização deve usar procedimentos simples para a avaliação e aprovação do crédito;
- Deve ser ofertado acesso ao crédito e a outros serviços em nível de aldeia ou de bairro;
- O desembolso deve ser rápido, e de pequenas quantias, a curto prazo (3 meses a um ano);
- Os procedimentos e estratégias de recuperação de créditos devem ser claros e estarem explicitado para os tomadores;
- A concessão de créditos mais altos condicionados à qualidade dos reembolsos;
- Praticar nos países em desenvolvimento taxas de juros suficientes para cobrir os custos das operações;
- Estimular a poupança junto com o crédito;
- Participação democrática dos clientes;
- Sistemas eficientes de gestão e de informação.

Pode-se verificar pelas características apontadas acima pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que uma das preocupações reside na facilitação do crédito condicionado às estratégias de recuperação. Além da recuperação, se deve garantir que os créditos sejam liberados de forma rápida e em pequenas quantias; dirigindo-se preferencialmente para mulheres, em função do fato de as mulheres honrarem seus compromissos com mais frequência e, além disso, os créditos liberados para mulheres beneficiarem mais as famílias e as crianças do que os créditos liberados para os homens.

4. CREDIAMIGO DO BANCO DO NORDESTE

O capítulo em questão vem apresentar o programa do Banco do Nordeste, o chamado Crediamigo, desde a evolução histórica do banco ao programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste.

4.1 O Banco do Nordeste do Brasil

4.1.1 Marcos Importantes do Banco

O Banco do Nordeste do Brasil foi criado através da Lei Federal 1.649, de 19 de julho de 1952, regulamentada pelo Decreto 33.643, de 24 de agosto de 1953. Enquanto banco de desenvolvimento, visa contribuir para o desenvolvimento sustentável da região Nordeste, financiando as atividades produtivas e a infraestrutura regional, com foco na integração econômica do país com o mundo, na inclusão social de sua população e na redução das desigualdades (BNB, 2010).

Ao longo de sua história, o BNB operou sempre com o seu objetivo voltado para o desenvolvimento regional, em especial a geração de empregos. Opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, principal fonte de recursos operacionalizada pela empresa. É responsável pela maior programa de microcrédito da América do Sul e o segundo da América Latina, o Crediamigo. Além dos recursos federais, o banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BNB, 2010).

O BNB é responsável pelo maior programa de microcrédito da América do Sul e o segundo da América Latina, o Crediamigo, por meio do qual o Banco já emprestou mais de R\$ 3,5 bilhões a microempreendedores. O BNB também opera o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), criado para estruturar o turismo da Região com recursos da ordem de US\$ 800 milhões (BNB, 2010).

Os agentes econômicos compreendem as empresas (micro, pequena, média e grande empresa), as associações e cooperativas. Os agentes institucionais englobam as entidades governamentais (federal, estadual e municipal) e não-governamentais. As pessoas físicas compreendem os produtores rurais (agricultor familiar, mini, pequeno, médio e grande produtor) e o empreendedor informal (BNB, 2010).

O BNB exerce trabalho de atração de investimentos, apóia a realização de estudos e pesquisas com recursos não-reembolsáveis e estrutura o desenvolvimento por meio de projetos de grande impacto. Mais que um agente de intermediação financeira, o BNB se propõe a prestar atendimento integrado a quem decide investir em sua área de atuação, disponibilizando uma base de conhecimentos sobre o Nordeste e as melhores oportunidades de investimento na Região (BNB, 2010).

4.2 O programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste

Em 1998, o Banco do Nordeste implanta o modelo de atendimento voltado para o microcrédito, onde, através da criação do Programa Crediamigo, passa a ser reconhecido como o primeiro banco público brasileiro a implantar o referido modelo, o que faz com que essa iniciativa tenha um caráter de novidade em relação às experiências mundiais, pouco referenciadas em relação a bancos estatais (BNB, 2010).

4.2.1 O Objetivo do Programa e o Público Alvo

Conforme Bandeira (2008, p.50) o Crediamigo surgiu a partir de reuniões realizadas entre o Banco do Nordeste e o Banco Mundial, em 1996, em Fortaleza: “o Crediamigo nasce no período de inclusão das microfinanças na agenda nacional através da Comunidade Solidária¹¹ do governo Fernando Henrique Cardoso”.

A missão definida para nortear a política de microcrédito do BNB, qual seja, “contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial, mediante oferta de serviços financeiros de forma sustentável, oportuna e de fácil acesso, assegurando

¹¹ No governo FHC, o Programa Comunidade Solidária define o desenho de atuação para as microfinanças coincidindo com a criação do Programa Crediamigo, como sendo uma iniciativa articulada a partir de um banco estatal, o que assinala a ampliação do leque de atuação de um banco de desenvolvimento. (FARRANHA, 2005)

novas oportunidades de ocupação e renda”, traduz a razão de ser do Programa Crediamigo, desenhada para atender objetivos sociais e de sustentabilidade. (BNB, 1999).

Atualmente, o Instituto Nordeste Cidadania operacionaliza o Crediamigo em toda a área de atuação do Banco do Nordeste, dispondo de mais de 2.500 colaboradores, dentre Coordenadores, Administrativos, Assessores de Crédito, Recursos Humanos e Técnicos (BNB, 2012).

A partir de 2009 o Banco passa a operacionalizar o Programa Crediamigo no Rio de Janeiro, em parceria com o VivaCred. Trata-se de uma OSCIP, fundada no dia 26 de outubro de 1996, por iniciativa da ONG Viva Rio e de pessoas representativas da sociedade. Possui atualmente 06 unidades de negócios, cinco instaladas em comunidades da capital fluminense e uma no município de Macaé (BNB, 2012).

De acordo com o termo de parceria, as duas OSCIP's são responsáveis pela execução do Crediamigo, conforme plano de trabalho aprovado pelo Banco do Nordeste, zelando pela qualidade e eficiência das ações e serviços prestados, e pela gestão administrativa do pessoal, sua contratação e pagamento (BNB, 2012).

O público alvo do Crediamigo são homens e mulheres, trabalhadores por conta própria, caracterizando-se por dispor de um mínimo de capital fixo, utilizar reduzida mão-de-obra, normalmente de familiares, e, ainda por participar diretamente da produção. Geralmente atuam no setor informal da economia, e vivem à margem da banca tradicional, nos mais variados ramos de atividades produtivas (SOUZA, 2008).

O seu público alvo, sobretudo o de baixa renda, é constituído por autônomos, donos de pequenos negócios e trabalhadores informais que necessitam de crédito para gerar fonte de renda, no setor da indústria (mercearias, artesanato, entre outros), do comércio (mercadinhos, armarinhos, farmácias, entre outros), ou de serviços (salão de beleza, borracharias, entre outros). Notadamente, os empréstimos concedidos são destinados à formação capital de giro, o “Giro Popular Solidário”, à aquisição de máquinas, equipamentos e realização de reformas (GUSSI; SILVA, 2011).

4.2.2 Estrutura e Estratégias

Na visão de Farranha (2005) foi a partir de 2002 que o Programa Crediamigo atinge a sua fase de ampliação e consolidação.

Na operacionalização do Programa adota-se a metodologia de microcrédito produtivo orientado, que consiste no atendimento, por pessoas treinadas, aos empreendedores formais ou informais, com o fim de efetuar o levantamento sócio-econômico para definição das necessidades de crédito; no relacionamento direto dos assessores com os empreendedores, no próprio local de trabalho; e na prestação de serviços de orientação sobre o planejamento do negócio (BNB, 2012).

O Banco do Nordeste atua em primeiro piso, acompanhando, supervisionando e fiscalizando o cumprimento do termo de parceria, e proporcionando o apoio necessário às OSCIP's para que o objeto do termo de parceria seja alcançado em toda a sua extensão. O Banco mantém, sob sua responsabilidade, o deferimento das propostas de crédito que lhes são encaminhadas e a liberação das parcelas concedidas aos beneficiários (BNB, 2012).

O programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil é o maior programa de microcrédito orientado do Brasil, sendo responsável por 60% no mercado nacional, e com projeções de expansão crescentes. Por ser um programa já consolidado e com uma política de acompanhamento “porta a porta” de seus clientes de baixa renda, ele oferece uma excelente oportunidade para uma investigação apurada dos condicionantes favorecedores (ou impeditivos) do êxito de saída da condição de pobreza. Além da atratividade natural advinda do próprio tamanho do programa, o Crediamigo é autofinanciado, não recebendo benefícios fiscais e com *funding*¹² apenas de mercado. Todas suas despesas administrativas são cobertas pelas receitas geradas por meio dos juros cobrados dos clientes, o que garante que esse programa seja tratado internamente como uma unidade de negócios com uma gestão própria, que permite avaliações recorrentes de retornos e adimplências (SOARES; BARRETO; AZEVEDO, 2011).

A investigação dos condicionantes de saída da pobreza para este programa é importante na medida em que pode auxiliar seus formuladores, demais instituições de financiamento e até mesmo o poder público no encaminhamento de ações que viabilizem o aumento da taxa de sucesso, e/ou que possam inibir ou buscar

¹² Funding: fundo de recursos.

modificar atributos capazes de gerar resultados não satisfatórios. Nesse sentido, a preocupação central deste estudo de identificar, para aqueles que saíram da pobreza, quais foram os principais elementos responsáveis por influenciar de forma positiva essa trajetória. Mede-se, no entanto, a eficácia interna do programa em reduzir a condição de pobreza de seus clientes não apenas pela capacidade de aumento de renda, mas também pelo tempo em que fazem (SOARES; BARRETO; AZEVEDO, 2011).

4.2.3 Análise do Crediamigo

Segundo Gama (2005), antes de se tornar um sucesso, o programa enfrentou dificuldades. O autor destaca que havia uma grande resistência ao microcrédito, tanto dentro como fora do banco. A resistência interna baseava-se no questionamento sobre a rentabilidade dessa modalidade de crédito, enquanto o microempreendedor tinha dúvidas quanto às verdadeiras intenções do BNB. Gama explica que essas resistências foram vencidas pelo convencimento e pela imposição da dura realidade nordestina. “Havia uma necessidade do setor informal que não era atendida por nenhuma instituição financeira”. “O BNB é o principal agente do governo federal para o desenvolvimento do Nordeste, o que só aumentava a responsabilidade da instituição com os excluídos do mercado de crédito”. (GAMA, 2005, p.36-37)

Para Neri (2006), o Crediamigo é a linha de crédito com menor índice de inadimplência, devido principalmente a sua característica de crédito solidário. De acordo com a metodologia do Programa, são necessárias pelo menos 03 pessoas amigas para que uma avalize o empréstimo da outra e todas possam se beneficiar, mediante o pagamento correto do financiamento.

De acordo com Neri (2006, p.39), “hoje, o programa Crediamigo oferta sozinho mais microcrédito do que todos os outros programas nacionais de microcrédito juntos”. O programa permite o acesso dos produtores pobres ao crédito, graças à metodologia de aval solidário, em que três a dez microempresários formam um grupo que se responsabiliza pelo pagamento integral dos empréstimos. Para o autor, a falta de capacidade do empreendedor de baixa renda de oferecer garantias e colaterais físicos, que o impede de tomar crédito convencionalmente, é

compensada por esse compromisso coletivo. Ressalta-se que a média de inadimplência do programa tem sido abaixo de 1% nos últimos anos.

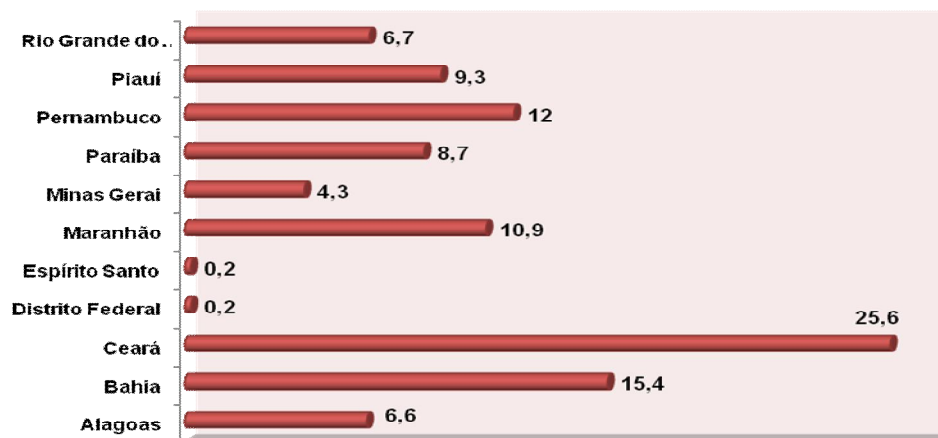
Em relatório publicado no site do BNB (2008), é possível verificar a presença do BNB em diversos estados do Brasil, segue abaixo o número de clientes atendidos por estado.

Tabela 1 – Número de Clientes

Estados	Clientes
Alagoas	59.995
Bahia	139.413
Ceará	232.748
Distrito Federal	1.997
Espírito Santo	1.954
Maranhão	99.337
Minas Gerai	39.352
Paraíba	78.936
Pernambuco	108.571
Piauí	84.520
Rio Grande do Norte	60.827
Total	907.650

Fonte: Autor/Dados do BNB 2008

Gráfico 1 - Número de Clientes (%)



De acordo com Portugal Neto (2005), o Banco do Nordeste, em dezembro de 1999, ao término de seu segundo ano de atividades, tinha aproximadamente 35 mil clientes, o que o qualifica como o segundo maior micro credor da América Latina.

Tem agências em 240 cidades, com outros 280 postos de atendimento em todo o Nordeste. Efetuou uma mudança de política, criando uma divisão voltada para microfinanças. As operações dessa divisão gozam de uma autonomia significativa com um mínimo de restrições burocráticas, o que permite ao Banco operar como um banco comercial, ao tempo que opera com um programa de microcrédito como o Crediamigo.

O quadro a seguir apresenta números significativos quanto aos produtos contratados pelos clientes, por isso podemos perceber que as restrições são mínimas e os valores crescem ao longo do tempo.

Tabela 2- Contratos Ativos por Produtos de 2003 a 2012

Produto	2003	2005	2007	2009	2010	2011	2012
Capital de Giro Individual	2.464	6.216	11.845	25.643	35.701	41.616	35.543
Capital de Giro Solidario	27.814	30.946	68.466	162.795	228.024	207.658	166.586
Crediamigo Comunidade		767	20.438	67.576	108.309	151.151	147.074
Giro Popular Solidário	107.394	159.486	202.241	280.074	382.071	662.495	888.172
Investimento Fixo	6.163	12.426	22.579	38.376	44.694	64.720	87.539
Total	143.835	209.841	325.569	574.464	798.799	1.127.640	1.324.914

Fonte: BNB (2012)

Tabela 3 - Volume de Operações Contratadas

	Total Empréstimos em Grupo	%
Valor Empréstimo Desembolso	R\$ 2.315.615.483,95	87%
Quantidade Empréstimo Desembolsado	1.709.189,00	95%

Fonte: BNB (2012)

Em relação a tabela acima, a maior parte do volume de operações contratadas pelo Crediamigo é composta por produtos que têm como garantia o aval solidário, que representam 87% do valor desembolsado e 95% das operações contratadas.

Segundo Forte (2006), embora o Microcrédito seja muito recente no Brasil, experiências representativas em todo o Mundo puderam evoluir e ser observadas, a exemplo o mercado asiático (Bangladesh e Indonésia) e o sul-americano (Bolívia, Peru e Equador). Em todos os casos, observa-se a prática de princípios e metodologias que determinaram o sucesso das organizações. As experiências exitosas, no País e no exterior, jamais prescindiram dos cuidados em manter as

organizações independentes, profissionalizadas, auto-sustentáveis e integradas ao sistema financeiro oficial.



Gráfico 2 – Crediamigo contratações

Fonte: BNB (2012)

Em 31 de agosto de 2012, verificou-se no gráfico acima, o crescimento entre 2002 a 2011, e essa tendência de crescimento é vista em 2012 mesmo com os dados do relatório não contabilizando os números do final do ano de 2012. No entanto, alguns problemas do Crediamigo já foram apresentados no seminário Internacional de Microfinanças-BNDES, dentre os quais destacou-se que alguns profissionais brasileiros questionam se a estrutura geral de um banco estatal de desenvolvimento é apropriada para gerenciar esse programa e sugerem que a divisão de microfinanças se separe do Banco.

O programa também enfrentou problemas de recursos humanos e o pessoal contratado para trabalhar no programa Crediamigo quer gozar dos mesmos benefícios de seus colegas que são funcionários da instituição. Verificou-se que uma das características principais em relação à clientela é a maneira de atuação direta nos potenciais clientes, seja por meio de visitas de operadores de crédito diretamente aos bairros ou por meio de levantamentos sócioeconômico de regiões com potenciais microempreendedores. É possível concluir que, é possível reduzir o nível de burocracia da análise de crédito, a relação baseada na confiança, assim como é a base do crédito, tal procedimento permite que projetos sejam considerados

exequíveis por meio de ferramentas como o “credit scoring”¹³, que permite maior segurança ao prestador. Outra maneira de fidelizar o cliente e buscar maior Market Share¹⁴ é a concessão mais rápida no crédito. O investimento em ferramentas de Tecnologia da Informação pode diminuir o tempo entre a entrega de documentos e a concessão em si, um exemplo seria disponibilizar no site da internet da instituição um simulador de crédito e uma seção disponível com um agente virtual, que pré-aprova o projeto. A metodologia do aval solidário, já utilizada pelo BNB demonstra que a necessidade de garantias pode ser revisada, visto que este processo é mais demorado e acaba excluindo potenciais empreendedores.

No que tange ao empreendimento em si, foi possível verificar que se torna cada vez mais necessário o investimento em pequenos empreendimentos, em detrimento aos grandes, pois o sucesso e a ascensão não estão ligados à grandiosidade do projeto e sim à performance dos clientes. Ainda neste tópico, a aposta no produto local demonstra, como destacado nas experiências de sucesso que, é possível um esforço para direcionar investimentos e estudos no mercado local, ao invés de buscar em outros lugares investimentos que podem gerar o mesmo ou até mesmo lucratividade maior.

Desta forma o número de clientes que o banco atende é bastante significativo, ou seja, todos os empreendedores sejam micro, pequeno, médio ou grande tem oportunidades junto a instituição para desenvolver-se, um apoio diferenciado que os outros bancos privados não oferecem pois, é contração de qualquer produto.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi a fonte de recursos mais utilizada pelo banco nos financiamentos de longo prazo, sendo responsável por R\$ 12 bilhões, o que representou 95,7% do total dos financiamentos, demonstrando a importância desse funding para o desenvolvimento do Nordeste. O valor total contratado com recursos do FNE superou em 7,4% a meta do ano (BNB, 2012).

¹³ O credit scoring consiste numa análise estatística à qualidade de crédito (Risco de crédito) de um grande número de empréstimos, correlacionando os incumprimentos desses empréstimos com as suas características e as características dos seus contraentes, permitindo a construção de um modelo onde cada característica contribui para estimar a probabilidade final de incumprimento.

¹⁴ Market Share, significa participação de mercado, em português, e é a fatia ou quota de mercado que uma empresa tem no seu segmento ou no segmento de um determinado produto. O Market Share serve para avaliar a força e as dificuldades de uma empresa, além da aceitação dos seus produtos.

De acordo com o gráfico abaixo podemos visualizar a evolução dos clientes ativos junto ao banco.



Fonte: BNB (2012)

O envolvimento do setor financeiro formal é vital se os esforços pretendem alcançar uma parte significativa dos pobres rurais e urbanos de uma determinada área geográfica e para isto deve-se desenvolver projetos em grande escala, auto suficientes, proveitosos, trabalhando em coordenação próxima com bancos locais. O presente estudo não esgota o assunto, servindo como instrumento de pesquisa e avanços para posteriores pesquisas relativas ao tema microcrédito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível compreender que as políticas de microcrédito para a geração de ocupação e renda devem ser vistas como parte importante das políticas públicas de desenvolvimento social. Uma grande quantidade de microempresários não tem acesso a crédito e que muitos deles se financiam com suas famílias, fornecedores e até agiotas, que cobram juros muito elevados. O acesso a essas políticas poderá ocasionar riquezas para as pessoas mais pobres.

Explanou-se ainda sobre a importância de se apoiar os empreendedores e proprietários de pequenos negócios, pois são eles que, apesar de possuir renda baixa individualmente, como um todo movimentam uma parcela de renda muito significativa. Mesmo assim, o sistema bancário em geral não se interessa em atuar nesse segmento e os bancos convencionais consideram os pequenos negócios instáveis. Assim, as transações são informais e os resultados variam conforme a época.

Um fator que impede uma maior inclusão está relacionado à institucionalidade do crédito que, em geral se apresenta excessivamente burocrático tanto para as instituições quanto para o público potencial. Há ainda os casos em que a metodologia de ação não alcança o público ao qual se propõe a atingir, o que evidencia um fator de exclusão na própria concepção dos programas de microcrédito. Neste caso, há uma incompatibilidade entre as estratégias da política de microcrédito em relação ao público potencial e os objetivos que se propõe alcançar – erradicar a pobreza e o desemprego.

Existe ainda uma corrente de pensadores sobre o tema que não consideram salutar a participação do poder público diretamente na execução de ações voltadas para o microcrédito. Segundo essa corrente o estado (poder público) deveria trabalhar como instituição de segundo piso, sendo apenas o indutor, fomentador e supervisor dessas políticas que seriam executadas por um conjunto de organizações do terceiro setor.

Esse tipo de organização trabalha o microcrédito de uma forma diferente pois encaram o risco de uma maneira inovadora. Em primeiro lugar, elas substituem a falta de garantias e de registros contábeis por relações de confiança e apoio mútuo.

As informações são coletadas no próprio local pelos agentes de crédito, imprescindíveis nessa nova tecnologia financeira.

Dessa forma, o microcrédito ou crédito popular constitui-se numa das mais importantes alternativas que o poder público e a sociedade civil podem utilizar para a geração de empreendimentos nas comunidades carentes (SANTIAGO,1997).

Uma outra característica marcante do microcrédito é que este produz impactos relevantes na melhoria na condição de vida da população de baixa renda (condições habitacionais, de saúde, alimentar, resgate da cidadania, elevação da auto-estima), apesar de difícil mensuração, têm demonstrado que o impacto social dos resultados apresentados pelas diversas experiências de microcrédito são altamente positivos, a partir da elevação da produtividade dos empreendimentos financiados (BANDEIRA, 2008).

O que se pode citar é que, apesar de todas essas dificuldades, esse importante segmento da economia tem-se mostrado dinâmico e capaz de se reproduzir, gerar trabalho e renda para as famílias, e competir em certos nichos de mercado.

É essencial que controle não seja confundido com lucro e sejam criados mecanismos básicos que possibilitem a criação de indicadores de rentabilidade dos empréstimos, a taxa de retorno de cada um dos diversos investimentos e finalmente é essencial medir o retorno para cada unidade monetária investida em cada uma das modalidades de investimento praticado. O acompanhamento do crédito e a orientação empresarial que o programa incluir é importante para o empreendedor quando contrata um produto junto a instituição financeira, com isso o número de inadimplência neste programa é muito baixo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, C.I.A. **Microcrédito emancipatório no nordeste do Brasil**: um estudo de caso do Crediamigo Comunidade nos municípios de Caucaia e Maranguape. Natal: UFRN, 2008.

BARONI, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____. **Crediamigo** - forma de atuação. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/forma_de_atuacao.asp>. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____. **Demonstrações financeiras**: Banco e FNE em R\$ mil. 2012. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/o_banco/demonstrativos_contabeis/docs/caderno_demonstracoes_financeiras_dez_2012.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2013.

_____. **Projeto de desenvolvimento de microcrédito no nordeste**. Fortaleza: BNB, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de março de 1999.

CEARÁ – GOVERNO DO ESTADO. Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETE. **Indicadores de resultados 2003 – 2006**. Ano 2006.

CEARÁ – GOVERNO DO ESTADO. Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETE. **Síntese dos resultados do crédito empreendedor I fase**. Junho, 2005.

CEARÁ – GOVERNO DO ESTADO. Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETE. **Relatório de resultados do crédito empreendedor – 2004, 2005 e 2006**. Dez, 2006.

CEARÁ – SINE/IDT. Sistema Nacional de Emprego/Instituto de Desenvolvimento do Trabalho. **Ocupação e desemprego na Região Metropolitana de Fortaleza**. Set, 2007.

CEFE (*Competency Based Economies Through Formation of Entrepreneurs*), Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ – 1995.

CERVELINI, F.M. et al. Microcrédito e sua contribuição para a inclusão social. **Cadernos de Pós-Graduação - administração**, São Paulo, v.4, n.1, p.33-39, 2005.

DENARDIN, V. **De cada sete brasileiros, um tem empresa**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 6 fev. 2002, p. A -17.

FARRANHA, A.C. **Olhares sobre a pobreza**: entre o global: a experiência de microcrédito no município de Vitória(ES). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. Doutorado em Ciências Políticas.

FORTE, Cláudia Márcia de Jesus. **Estudo de Caso Comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina**: O impacto Socioeconômico nas mulheres da cidade de Bogotá e Recife. Universidade de São Paulo, 2006.

GAMA, S. **O microcrédito**. São Paulo: Atlas, 2005.

GEM 2008 - SEBRAE. **Empreendedorismo no Brasil**. 2008. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/5D1CAC412448B0428325757B00697DC7/\\$File/NT0003EF2A.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/5D1CAC412448B0428325757B00697DC7/$File/NT0003EF2A.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

GIDDENS, Anthony. **O debate global da terceira via**. São Paulo: UNESP, 2006.

GUSSI, A.F.; SILVA, R.J.F. **Microcrédito e desenvolvimento**: avaliação dos impactos do Programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza. 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/18.%20GUSSI,%20A%20FEITOSA,%20R%20MAPP%20249-271.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD/2006**. Ceará, 2007.

MORDUCH, Jonathan. The Microfinance Promise. **Journal of Economic Literature**. v.37, n.4, dez. 1999.

NERI, Marcelo. Experimentando o Microcrédito. **Revista Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, Jan, 2006.

OTERO, M.; RHYNER, E. **The New World of Microenterprise Finance**. Chicago: Kumarian, 1994.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças**: Conceitos e Pressupostos Básicos do Microcrédito. Brasília; Agencia de Educação para o Desenvolvimento – AED, 2002.

PORTUGAL NETO, Raul Fernando. **A Inclusão da Micro, Pequena e Média Empresa no Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, D.A. **Microcrédito como meio de desenvolvimento social**. Nova Lima: Faculdade de Direito Milton Campos, 2009. Dissertação de Mestrado em Direito Empresarial.

ROSA, Antonio Lisboa Teles da. Microcrédito: possibilidades e limitações. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, V 29, número especial, p. 615-633, 1998.

SANTIAGO, Fábio A. A. Experiência do Grameem Bank. In **Estudos Empresariais**, UCB. Brasília, ano 2, número 3.1997.

SCHARF, R. **Manual de negócios sustentáveis**: Como aliar rentabilidade e meio ambiente. São Paulo: Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, 2000.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

SEN, Amartya. Social exclusion: concept, application, and scrutiny. **Social Development Papers, Office of Environment and Social Development Asian Development Bank**, n. 1, 2000.

SILVEIRA FILHO, Jaime Albuquerque. **Microcrédito e Desempenho Econômico**: experiência empreendedora do CEAPE na Região Metropolitana do Recife. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Mestrado em Economia.

SOUZA, M.C.G.F. **Avaliação do desenho do programa Crediamigo do Banco do Nordeste**: inclusão social e mercado. Fortaleza: UFC, 2008. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas.

SOARES, Ricardo Brito; BARRETO, Flávio Ataliba; AZEVEDO, Marcelo Teixeira. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. **Estud. Econ.** 2011, v.41, n.1, p. 119-142.

STAKEHOLDERS, Fernando. **Stakeholders**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/administracao_/stakeholders/>. Acesso em: 16 jan. 2013.

YUNUS Muhamma com Alan Jolis. **O Banheiro dos Pobres**. São Paulo: Ática, 2001. (Tradução Cristina Guimarães Cupertino).